

carreira de consultor jurídico do quadro de pessoal do SEF, com efeitos reportados a 1 de Julho de 2007.

26 de Outubro de 2007. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 25 986/2007

Por despacho de 24 de Setembro de 2007 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 20 de Agosto de 2007):

Foi a Rosa Maria da Costa Loureiro de Matos, escrivã auxiliar da Secretaria-Geral de Execução de Lisboa, autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Águeda.

Foi a Cláudio Jorge Maltez Fernandes Coimbra, escrivão auxiliar do Tribunal da Comarca de Águeda, autorizada a permuta para idêntico lugar da Secretaria-Geral de Execução de Lisboa.

(Aceitação — dois dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Outubro de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida Esteves*.

Despacho (extracto) n.º 25 987/2007

Torna-se público que, por despacho da directora-geral de 17 de Setembro de 2007, foi declarado parcialmente extinto o concurso interno de acesso geral para provimento de duas vagas de chefe de secção (referências n.ºs 50/2001 e 51/2001) para o exercício de funções no âmbito da Direcção de Serviços de Administração Geral, cujo aviso n.º 11 514/2001 foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 218, de 19 de Setembro de 2001, no que respeita à vaga correspondente à referência n.º 50/2001.

18 de Outubro de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 25 988/2007

Por despacho da directora-geral da Administração da Justiça de 1 de Outubro de 2007:

Foi a António de Sousa Teixeira renovada a comissão de serviço como inspector do Conselho dos Oficiais de Justiça, com efeitos a 6 de Outubro de 2007.

Foi a Manuel Esteves da Costa renovada a comissão de serviço como inspector do Conselho dos Oficiais de Justiça, com efeitos a 14 de Dezembro de 2007.

Foi a Victor Manuel dos Santos Pinto Leite Crystelo renovada a comissão de serviço como secretário de inspecção do Conselho dos Oficiais de Justiça, com efeitos a 4 de Outubro de 2007.

23 de Outubro de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 25 989/2007

Por despacho de 24 de Outubro de 2007 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação:

Foi a José Júlio Rainho Palmeiro, escrivão de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal de Execução das Penas de Lisboa, autorizada a permuta para idêntico lugar da 1.ª Secção da 15.ª Vara Cível (liquidação) de Lisboa.

Foi a Maria Manuela dos Santos Alegria, escrivã de direito da 1.ª Secção da 15.ª Vara Cível (liquidação) de Lisboa, autorizada a permuta para idêntico lugar da 1.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal de Execução das Penas de Lisboa.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Outubro de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida Esteves*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Aviso (extracto) n.º 22 214/2007

Por despacho de 28 de Setembro de 2007 do director-geral dos Serviços Prisionais e na sequência de concurso externo de ingresso para o preenchimento de 80 lugares da categoria de guarda da carreira do Corpo da Guarda Prisional, foram contratadas em regime de contrato administrativo de provimento, com efeitos a 1 de Outubro de 2007, as seguintes guardas instruendas:

Lígia Andreia Gomes Almeida Silva.
Dulce Manuela Nunes França.
Liliana Isabel das Neves Dias.
Petula Barbosa.
Elsa Marisa Filipe Costa.
Célia Goreti Ribeiro Rodrigues.
Mónica Patrícia de Matos Coelho.
Cláudia Cristina Esteves Fernandes.
Diana Pereira Dias.
Deolinda Nogueira Martins.
Elisabete Medeiros da Costa Veiga.
Maria Bernardete Pinho Martins.
Maria da Conceição Castanheira Monteiro.
Marta Alexandra de Freitas Martins.
Iolanda de La Salette Ferreira Machado.
Andreia Filipa Pinto Tavares.
Joana Isabel Gonçalves Ribeiro.
Susana Raquel Ferreira dos Santos.
Carla Susana da Anunciação Monteiro.
Vera Luísa Ferreira Amaral da Silva.
Sílvia Taciana Dias Mendes.
Liliana Manuela Vieira Machado.
Beatriz da Conceição Pimpapel Sousa.
Carla Marisa Ferreira de Moura.
Sandra Luísa Cardoso Rodrigues Boloto.
Alexandra de Fátima Azevedo da Costa.
Patrícia Sofia da Silva Abrantes.
Cristina do Amparo Vaz dos Santos.
Rita Alexandra Rodrigues Marques.
Elisa Caridade Rodrigues.
Liliana Raquel da Silva Todo Bom.
Bernardete da Conceição Mendes Vicente.
Sofia Elvira Feijó Pereira.
Mónica Sofia Ribeiro da Conceição.
Carla Alexandra Samões Gonçalves.
Fabiana Luísa Madeira Simões.
Sandra Cristina Tavares de Almeida Tomás.
Joana Rafaela Gouveia da Silva.
Susana de Jesus Marques.
Cláudia Cristina de Almeida Brás.
Carla Isabel Santos do Patrocínio.
Emiliana Marlene dos Santos Gonçalves.
Paula Margarida Pires Teles.
Sandra da Cunha Alves.
Lígia Sofia de Santana Teles Couto.
Marisa de Fátima Pereira Dias Pinto.
Alcina Ferreira de Sousa.
Mónica Patrícia da Graça Soares.
Carla Marisa Santos Rodrigues.
Maria Zulmira Macedo Duarte.
Tânia Isabel Viegas da Costa Sobral.
Eduarda de Jesus Moreira Garcia.
Helena Monteiro Pinto.
Carla Cristina Oliveira Teixeira Paulino Caldas.
Marta Sofia Correia Xavier.
Maria da Conceição Firmino Caramelo.
Ana Cristina Naldo Roque da Silva.
Sandra Isabel Ricardo da Conceição.
Cristiana Beatriz Ferreira de Campos.
Estela Inês Pedro Fernandes.
Isabel Patrícia Rosa Martinho.
Maria de Fátima Pinto Loureiro Tomé.
Susana Catarina Ferreira Lopes.
Madalena de Lurdes Barbosa Rios.
Sónia Cristina da Silva Coelho.
Adélia Maria Fernandes da Silva.
Sandra Soares Teixeira.
Ana Catarina de Lemos Lopes.
Elisabete Maria Fonseca Martins.
Maria do Rosário de Jesus Capela.

Mónica da Conceição Marques Nunes.
 Marisa do Céu Teixeira de Sousa.
 Nádia Alexandra da Silva Dias.
 Ana Patrícia da Silva Fraga.
 Paula Cristina Alves Moura Santos.
 Vânia Sofia Afonso.
 Cristina Rafaela Antunes Mendes.
 Lara Cristiana Guerra Lopes.
 Ana Paula Cavaleiro Preto Fernandes.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Outubro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 25 990/2007

Por despacho de 11 de Outubro de 2007 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Manuel da Conceição Ferreira, e ao abrigo do disposto no n.º 8 do despacho 11 088/2006, do director nacional da Polícia Judiciária, Dr. Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro, de 2 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2006, foi subdelegada no coordenador superior de investigação criminal, a exercer funções no Departamento de Investigação Criminal de Portimão, licenciado Paulo Fernando Gaspar Rebelo, competência para autorizar despesas de empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços, nos termos dos artigos 4.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao montante de € 49 000.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, foram ratificados todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

26 de Outubro de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho (extracto) n.º 25 991/2007

Por despacho de 11 de Outubro de 2007 do director nacional da Polícia Judiciária e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e nas demais disposições legais aplicáveis, foi delegada no coordenador superior de investigação criminal no Departamento de Investigação Criminal de Portimão, licenciado Paulo Fernando Gaspar Rebelo, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito do respectivo serviço:

- 1) Conferir posse e assinar termos de aceitação;
- 2) Justificar e injustificar faltas;
- 3) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;
- 4) Autorizar deslocações em serviço;
- 5) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;
- 6) Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, determinar os regimes de prestação de trabalho e autorizar os horários de trabalho específicos, observados os condicionalismos legais;
- 7) Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º a 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 8) Promover a submissão dos funcionários e agentes a junta médica da ADSE, nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 9) Conceder o estatuto de trabalhador-estudante e autorizar o gozo dos direitos e regalias inerentes a esse estatuto, nos termos do Código do Trabalho (artigos 79.º a 83.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e 147.º a 156.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho);
- 10) Autorizar o abono antecipado de ajudas de custo;
- 11) Autorizar despesas de representação da Polícia Judiciária até ao valor de € 100, no máximo mensal de € 500.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, foram ratificados todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora delegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

26 de Outubro de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso n.º 22 215/2007

Nos termos do artigo único da Portaria n.º 237/2007, de 8 de Março, e por meu despacho de 10 de Outubro de 2007, faz-se público que foi, em 11 de Outubro de 2007, anexado o Cartório Notarial de Grândola à Conservatória do Registo Civil e Predial da mesma localidade.

29 de Outubro de 2007. — O Presidente, *António Figueiredo*.

Aviso n.º 22 216/2007

Nos termos do artigo único da Portaria n.º 237/2007, de 8 de Março, e por meu despacho de 10 de Outubro de 2007, faz-se público que foi em 11 de Outubro de 2007 anexado o Cartório Notarial de Grândola à Conservatória do Registo Civil e Predial da mesma localidade.

29 de Outubro de 2007. — O Presidente, *António Figueiredo*.

Despacho (extracto) n.º 25 992/2007

Por despacho de 24 de Outubro de 2007 do presidente, foi nomeado, em regime de substituição, director do Departamento Patrimonial deste Instituto, cargo de direcção intermédia do 1.º grau, o licenciado Rui Manuel Pacheco Ferreira de Carvalho, assessor da carreira de arquitecto, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, com efeitos a contar de 1 de Novembro de 2007. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Outubro de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria-Geral

Rectificação n.º 1945/2007

Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 10 788/2007 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 108, de 5 de Junho de 2007, a p. 15 413, rectifica-se o mesmo nos seguintes termos:

Onde se lê «10 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços de Administração, *Paula Gonçalves*.» deve ler-se «10 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.».

24 de Outubro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aviso n.º 22 217/2007

1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro de 9 de Agosto de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de quatro lugares na categoria de técnico profissional especialista principal, área de desenho, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região Centro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 272/91, de 7 de Agosto.

2 — Referência do concurso — 2007-TP Esp. Princ. DESI/ex-CCR.

3 — Em cumprimento do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi realizado o procedimento prévio de selecção de pessoal em situação de mobilidade especial, constante do artigo 34.º do mesmo diploma, não tendo sido recebidas candidaturas.

4 — Validade — o concurso visa o preenchimento dos lugares mencionados, esgotando-se com o seu preenchimento.

5 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 248/85, de 15 de Julho, 265/88, de 28 de Julho, 184/89, de 2 de Junho, 353-A/89, de